

LEI MUNICIPAL Nº 314/2025,

DE 08 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre as Diretrizes (LDO) para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal **APROVA** e a mesma sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º) Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, esta lei estabelece as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do Município para o exercício de 2026, compreendendo orientações para:

- I** - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II** - A estrutura e organização dos orçamentos;
- III** - As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV** - As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V** - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI** - Disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII** - as disposições gerais.

Art. 2º) A Lei Orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal e atenderá a um processo de planejamento permanente à participação comunitária.

Art. 3º) A Lei Orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, em conformidade com o art. 167, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal, com a Lei Federal nº. 4.320/64 e com a Lei Complementar nº 101/00, ficando desde já autorizadas as suplementações previstas nesta Lei, somente até o montante da despesa fixada para o exercício de 2026.



Art. 4º) O Poder Executivo disponibilizará ao Poder Legislativo, até 31 de julho, os estudos e as estimativas da receita do exercício de 2025, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo, para fins de elaboração da proposta orçamentária do Legislativo relativa a 2026 conforme art. 12, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º) O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo seu planejamento orçamentário e sua proposta orçamentária nos seguintes prazos:

I - Planejamento orçamentário, contendo os valores anuais por programas, projeto/atividade, até 31 de julho de 2025, para fins de consolidação do Plano Plurianual 2026/2029.

II - Proposta orçamentária até 31 de julho de 2025, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2026.

III - A proposta orçamentária do Poder Legislativo, encaminhada nos termos deste artigo, deverá estar em consonância com o art. 29-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 6º) As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal, as ações relativas aos programas sociais existentes, as despesas e ações relativas a convênios firmados e as de funcionamento regular das Unidades Orçamentárias do Município, constam de Anexos integrantes nesta lei para o exercício de 2026, as quais terão prioridade na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária para 2026, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§ 1º. A execução das ações vinculadas às metas e prioridades, do Anexo a que se refere o caput, estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

§ 2º. O Município dará publicidade, dentro de 30 (trinta) dias após o final de cada quadrimestre, a relatórios simplificados de gestão orçamentária, com o acompanhamento e a avaliação dos principais programas e ações de governo, por área ou órgão, no âmbito do Município, contendo a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, bem como os produtos ou resultados obtidos com a aplicação dos recursos, quando disponíveis.

Art. 7º) Além de contemplar as metas e prioridades de que trata o art. 6º desta Lei, a elaboração da proposta orçamentária para 2026 contemplará, pela sua relevância no âmbito de cada área de governo, as seguintes diretrizes:

I - Infraestrutura: Obras de infraestrutura a serem contempladas no PPA, que promoverão o desenvolvimento sustentável do município e a melhoria na qualidade de vida da população;

II - Defesa: ações relacionadas à segurança pública, ao combate à violência, e adequação da segurança e do controle do tráfego no Município; manter atividades de vigilância e defesa do patrimônio público e da população;

III - Saúde: melhorar e ampliar o atendimento à população, com adoção de ações para aumento das unidades de atendimento e de forma compartilhada dar sequência nas ações e serviços de saúde em regime de 24 horas/dia que assegure assistência universal e gratuita à população no serviço de urgência e emergência municipal.

IV - Educação: ações previstas quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação;

V - Esporte: promover ações relacionadas ao esporte e lazer na cidade, apoiando o esporte amador; proporcionar espaços de esporte e lazer nas comunidades; fomentar a prática das diversas modalidades de esporte bem como incentivar a participação do atleta em diversas competições;

VI - Meio Ambiente: ações voltadas para proteção e recuperação dos recursos naturais do município e para construção de políticas municipais ambientais, garantindo assim a sustentabilidade ambiental.

VII - Cultura: fomentar o desenvolvimento de iniciativas e projetos visando o reconhecimento e a valorização da multiplicidade das expressões artísticas e culturais, integrantes do Patrimônio Histórico e Cultural da região e executar Políticas Culturais para combater as desigualdades no que se refere ao acesso da população a arte e cultura;

VIII - Assistência Social: desenvolver ações de proteção social básica e especial com objetivo de prevenir e/ou superar situações de risco pessoal e social de indivíduos e famílias; mitigar a pobreza e garantir a promoção humana social por meio do acesso a renda, exercício pleno da cidadania e empoderamento;

IX - Desenvolvimento Urbano: garantir a governabilidade do Poder Executivo e a sustentabilidade do Município da melhor forma possível.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º) Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2026, bem como nos créditos adicionais, por função, subfunção, programa, projeto/atividade, operação especial e categoria econômica.

§ 2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º. Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto e a operação especial, identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 9º) A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as Receitas por natureza e suas respectivas Despesas, na forma prevista na Lei 4.320/64 e de acordo com o previsto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 10) A Lei Orçamentária de 2026 discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I** - às ações descentralizadas de saúde e assistência social;
- II** - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;
- III** - às ações de alimentação escolar;
- IV** - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;
- V** - ao pagamento de precatórios judiciais e de débitos judiciais periódicos vincendos, que constarão da programação das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

- VI - às despesas com publicidade institucional e com publicidade de utilidade pública;
VII - às despesas com ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E
SUAS ALTERAÇÕES
SEÇÃO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 11) A elaboração, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2026 e de seus créditos adicionais deverão assegurar os princípios da justiça, da participação popular e do controle social, da transparência e da sustentabilidade, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, entendendo que:

I - O princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;

II - O princípio da participação da sociedade e de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento por meio de instrumentos previstos na legislação;

III - O princípio da transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

IV - O princípio da sustentabilidade deve ser transversal a todas as áreas da Administração Municipal e assegura o compromisso com uma gestão comprometida com a qualidade de vida da população e a eficiência dos serviços públicos.

Parágrafo Único - Para assegurar a transparência e a ampla participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 12) Os estudos para definição da previsão de receitas e fixação de despesas se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico, de dados observados nos anos recentes ou de qualquer outro fator relevante e os preços praticados até julho de 2025.

Art. 13) A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem

de expansão prevista no art. 4º, § 2º, inciso V, da mesma Lei Complementar, desde que observados:

I - O limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2026 e seus créditos adicionais;

II - Os limites estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo Único, da citada Lei Complementar.

Art. 14) As Unidades Orçamentárias constantes na estrutura administrativa do Município deverão disponibilizar, no Sistema Integrado de Dados ou através de outra via oficial de comunicação, informações referentes aos contratos e aos convênios firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação.

Art. 15) Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - Obras com a mesma identidade se a anterior não tiver sido concluída;

II - Ações de caráter sigiloso, exceto quando as ações forem realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado e que tenham como condição o sigilo;

III - Clubes e associações de agentes públicos ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IV - Pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos, ressalvadas as situações autorizadas por legislação específica ou se o agente público ou empregado se encontrar em licença sem remuneração para tratar de interesse particular;

V - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário agente público da ativa, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo se o agente público se encontrar em licença sem remuneração para tratar de interesse particular.

Art. 16) A proposta orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente de até 5 % (cinco por cento) da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - Na hipótese de não utilização da reserva de contingência nos fins previstos no art. 5º, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a dotação correspondente poderá ser anulada para abertura de créditos adicionais.

Art. 17) Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes de Anexos integrantes desta Lei.

§ 1º) Integram os referidos Anexos, entre outros:

I - A metodologia e a memória dos cálculos efetuados em cada uma das planilhas bem como os dados referentes a anos anteriores que ampararam a fixação das metas;

II - A evolução do patrimônio líquido dentre outros dados fiscais.

§ 2º) Em função das metas fiscais estabelecidas neste artigo, a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado poderá ocorrer dentro dos limites contidos no Anexo a que se refere este artigo.

§ 3º) Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência ou de créditos adicionais, exceto os itens de recursos vinculados, convênios e do eventual Superávit Financeiro do exercício de 2025.

§ 4º) Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou comprometidos.

SEÇÃO II DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DÉBITOS JUDICIAIS

Art. 18) A Lei Orçamentária de 2026 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequianda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; ou

II - Certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 19) A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2026 destinadas ao pagamento de precatórios parcelados deverá ser feita observando o disposto na Constituição Federal e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 20) O Poder Executivo incluirá na Proposta Orçamentária de 2026 dotação própria para quitação da parcela referente ao exercício, observando em especial o que determina o art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - As informações previstas no caput dos artigos 19 e 20 serão baseadas nos precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 2025, conforme § 5º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 21) A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 5º do art. 100 da Constituição Federal, bem como das requisições de pequeno valor expedidas no ano de 2025, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, e das parcelas resultantes da aplicação do art. 97 do ADCT, observará, no exercício de 2026, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E e/ou o disposto no §º1 inciso II do próprio art. 97 e a relação dos Precatórios disponibilizada pelo Tribunal de Justiça, da data do cálculo exequendo até o seu efetivo depósito, salvo disposição superveniente que estabeleça outro índice de correção.

Parágrafo Único - Na atualização monetária dos precatórios tributários, da data do cálculo exequendo até o seu efetivo depósito, deverão ser observados os mesmos critérios pelos quais a fazenda pública devedora corrige seus créditos tributários.

Art. 22) Para cumprimento do disposto nos artigos 19 e 20 desta Lei, a Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município encaminhará à Unidade Orçamentária responsável pelo controle financeiro, até 20 de julho do corrente exercício, a relação dos precatórios a serem incluídos na proposta orçamentária de 2026, especificando:

- I - Número da ação originária;
- II - Data do ajuizamento da ação originária;
- III - Número do precatório;
- IV - Tipo de causa julgada, com especificação precisa do objeto da condenação transitada em julgado;
- V - Data da autuação do precatório;
- VI - Nome do beneficiário e número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- VII - Valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago;
- VIII - Data do trânsito em julgado;
- IX - Identificação da Vara ou Comarca de origem; e
- X - Natureza do valor do precatório, se referente ao objeto da causa julgada, a honorários sucumbenciais fixados pelo Juiz da Execução ou a honorários contratuais.

SEÇÃO III DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O SETOR PRIVADO E CONSÓRCIOS

Art. 23) É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas:

- I - Às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II - Às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - Às entidades que sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá obrigatoriamente apresentar declaração de utilidade pública, declaração de regular funcionamento, comprovação de habilidade técnica, comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, e ainda dependerá de:

- I** - Específica autorização legislativa;
- II** - Previsão de recursos orçamentários;
- III** - Prestação de contas pela entidade beneficiada; e
- IV** - Situação de regularidade fiscal da entidade beneficiada.

Art. 24) Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congêneres, e crédito orçamentário próprio.

Parágrafo Único - A transferência de recursos a título de contribuição corrente, não autorizada em lei específica, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá o critério de seleção, o objeto, o prazo do instrumento e a justificativa para a escolha da entidade.

Art. 25) A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, que não se enquadrem no art. 23, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 26) A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, destinadas a atender despesas com investimentos e inversões financeiras somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento direto e gratuito ao público, voltado para a educação especial ou educação básica;

II - De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e seja signatária de contrato de gestão celebrado com a administração pública municipal, não qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 1998;

III - De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, devendo suas ações se destinarem a:

a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

IV - Voltadas diretamente às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por



pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

V - Voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público;

VI - Colaboradoras na execução dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, com base na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999;

VII - Voltadas diretamente a atividades humanitárias, desenvolvidas por entidade reconhecida por ato do governo federal como de natureza auxiliar do poder público.

Art. 27) As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo e Legislativo, com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 28) Sem prejuízo das disposições contidas nos artigos desta seção, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos dependerá ainda de:

I - Publicação, pelo Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congêneres;

III - Declaração de funcionamento regular, inclusive com inscrição no CNPJ, da entidade beneficiária;

IV - Compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos; e

V - Apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada.

§ 1º) A determinação contida no inciso II deste artigo não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como elevar padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.



§ 2º) É vedada a destinação de recursos a entidades privadas em que membros dos Poderes Legislativo e Executivo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, sejam proprietários, controladores ou diretores.

Art. 29) A Lei Orçamentária reservará recursos para a transferência financeira a consórcios públicos que fizer parte em conformidade com o respectivo contrato de rateio.

SEÇÃO IV DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA E DA SUA EXECUÇÃO

Art. 30) As fontes de financiamento do Orçamento, as modalidades de aplicação, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, autorizados por meio de decreto do Executivo.

Art. 31) Os projetos de lei relativos a créditos adicionais de naturezas especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, acompanhados de planilhas explicativas das aplicações e das fontes de recursos e exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos e metas.

§ 1º) Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320 de 1964.

§ 2º) Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição Federal, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito adicional suplementar, conforme previsto no art. 41, I da Lei Federal nº 4.320, os destinados a reforço de dotação orçamentária existente.

§ 3º) Os créditos adicionais aprovados pelo Executivo serão abertos através de Decreto posterior à sanção e publicação da respectiva lei.

§ 4º) Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2026, apresentadas de acordo com a sua classificação, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação na Câmara Municipal.

§ 5º) Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - Superávit financeiro do exercício de 2025, por fonte de recursos;
- II - Créditos reabertos no exercício de 2026 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; e

III - Valores do superávit financeiro já utilizado para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e/ou decretos, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2024 por fonte de recursos.

§ 6º) Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Executivo no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data do pedido, para fins de consolidação.

Art. 32) Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2026 não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro de 2025, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido à Câmara Municipal.

Art. 33) O Poder Executivo poderá, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação, desde que haja prévia autorização Legislativa.

Parágrafo Único - A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional.

SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 34) Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, cronograma anual de desembolso mensal, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 35) Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará aos órgãos competentes até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre.

Art. 36) Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei complementar nº 101, de 2000, as despesas:

- I - Relativas às obrigações constitucionais e legais
- II - Custeadas com recursos provenientes de doações e convênios; e
- III - Despesas destinadas ao pagamento da dívida pública.

SEÇÃO VI EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 37) As propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, ou aos projetos de lei que a modifiquem, somente poderão ser apreciadas se apresentadas com a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei e a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

Art. 38) As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei Orçamentária Anual, devem atender às seguintes condições:

I - Serem compatíveis com o plano plurianual e com as diretrizes e disposições desta Lei;

II - Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;

III - Não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

- a) Pessoal e encargos sociais;
- b) Serviço da dívida;
- c) Despesas com saúde, educação e assistência social.

IV - Serem relacionadas com a correção de erros ou omissões, ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Art. 39) As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica, despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de empréstimos internos e externos.



Art. 40) Por meio da Área de Planejamento e/ou de Gestão Financeira, o Poder Executivo deverá atender às solicitações, encaminhadas pela Comissão permanente responsável pela análise, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

CAPÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 41) Se a dívida consolidada líquida do Município ultrapassar o limite legal estabelecido, deverá ser a ele reconduzido nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - Enquanto perdurar o excesso, o Município obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma da presente lei.

Art. 42) A previsão das despesas com juros encargos e amortizações da dívida deve considerar as operações de crédito contratadas e a contratar, bem como as autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo.

Art. 43) Fica o Poder Executivo, após anuência específica do Poder Legislativo, autorizado a contrair financiamento com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos, bem como a obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos, observada os preceitos legais aplicáveis a matéria.

CAPÍTULO VI **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO** **COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 44) Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei Complementar nº101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos observados o disposto na legislação municipal.

Art. 45) Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em junho de 2025, projetada para o exercício de 2026, considerando os eventuais acréscimos legais, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.



Art. 46) No exercício de 2026, observado o disposto no art. 169 da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

- I - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- II - For observado o limite previsto em lei.

Art. 47) Se durante o exercício de 2026 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário, nos termos do inciso V do referido artigo, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público decorrente de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência e responsabilidade de cada Unidade Orçamentária e, no caso do Legislativo, do Presidente da Câmara.

Art. 48) Os projetos de lei relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, a que se refere esta Lei, deverão ser acompanhados de:

I - Declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizada, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, que demonstre a existência de autorização e a observância dos limites legais.

II - Simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos, detalhada, no mínimo, por elemento de despesa.

Art. 49) Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas e concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2026 cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar nº101, de 2000.

§ 1º) O Anexo a que se refere o caput especificará o fundamento legal e discriminará os limites orçamentários autorizados, por Poder e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº101, de 2000:

I - Com as respectivas quantificações, para o preenchimento de cargos em comissão, cargos efetivos, funções de confiança e empregos; e

II - Com as respectivas especificações, relativos a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira.



§ 2º) O Anexo de que trata o parágrafo anterior considerará, de forma segregada, provimento e criação de cargos, funções e empregos, e será acompanhado dos valores relativos à despesa atualizada, bem como das demais especificações necessárias à verificação do cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 50) O relatório bimestral de execução orçamentária de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

Art. 51) O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

CAPÍTULO VII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52) O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput deste artigo, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 53) A estimativa da receita de que trata o artigo anterior, levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observados a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

I - Atualização da Planta Genérica de Valores do Município;

II - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de direitos reais sobre imóveis;

VI - Instituição de taxas pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

VII - Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - Revisão das isenções de tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - A instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 54) Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária de 2026 e da respectiva Lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, inclusive quando se tratar de desvinculação de receitas, que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º) Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2025:

I - Serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - Será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º) Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até 60 (sessenta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, proporcionalmente mediante decreto que irá dispor da forma, nos 30 (trinta) dias subsequentes.

Art. 55) Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, conforme art. 14, §3º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56) A elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e de seus créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, conjugados com os

pressupostos da Razoabilidade, Proporcionalidade, Economicidade e Defesa do Interesse Público.

Art. 57) O Poder Executivo, por intermédio do Órgão de Controle Interno do Município implementará normas de acompanhamento das ações governamentais visando o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Art. 58) As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados ordenarão o empenho da despesa, sendo vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º) A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

§ 2º) É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do Município, após o último dia do exercício, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis e apuração do resultado.

Art. 59) Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 60) Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 61) São partes integrantes desta lei todos anexos, e terão todos os efeitos normativos da mesma, para todos os fins de direito.

Art. 62) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Buritinópolis, Estado de Goiás, aos 08 dias do mês de julho de 2025.



MARCILENE BATISTA DE BRITO COSTA
-Prefeita Municipal-

Marcilene Batista de Brito Costa
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028
Buritinópolis/GO

**PROJETO DE
LEI
LDO – 2026
POR PROGRAMAS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0000 Encargos Especiais	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS FUNDEF 40%		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
20.09.271.9.001 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS	PORCENTAGEM	25,00	1.402.000,00
99.99.999.9.003 - RESERVA DE CONTINGENCIA	PORCENTAGEM	25,00	1.122.000,00
TOTAL DA UNIDADE			2.524.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0052 Administração Geral	RECEPÇÕES FESTIVIDADES CIVICAS E COMEMOR		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
03.04.122.2.003 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO	PORCENTAGEM	25,00	842.000,00
03.04.122.2.004 - RECEPÇÕES FESTIVIDADES CIVICAS E	PORCENTAGEM	25,00	658.000,00
04.04.122.2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM. EM	PORCENTAGEM	25,00	3.738.000,00
06.04.122.2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE	PORCENTAGEM	25,00	95.000,00
TOTAL DA UNIDADE			5.333.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0053 SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	SENTENÇAS JUDICIARIAS		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.02.061.2.005 - ATIVIDADES JUDICIÁRIAS EM GERAL	PORCENTAGEM	25,00	187.000,00
05.03.091.2.009 - SENTENÇAS JUDICIARIAS	PORCENTAGEM	25,00	74.000,00
05.04.123.2.010 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE	PORCENTAGEM	25,00	374.000,00
TOTAL DA UNIDADE			635.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0101 REFORMA DA DELEGACIA DE POLICIA	REFORMA DA DELEGACIA DE POLICIA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.06.182.1.001 - REFORMA DA DELEGACIA DE POLICIA	PORCENTAGEM	25,00	36.000,00
TOTAL DA UNIDADE			36.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA		OBJETIVO	
0102 MANUTENÇÃO DA JUNTA SERV. MILITAR		MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS
04.06.181.2.007 - MANUTENÇÃO JUNTA SERVIÇO MILITAR		PORCENTAGEM	25,00
04.06.181.2.008 - MANUTENÇÃO SEGURANÇA PUBLICA		PORCENTAGEM	25,00
TOTAL DA UNIDADE			37.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0120 Amparo Assistencial ao Idoso	PROGRAMA DE REC. E LAZER DO IDOSO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
20.08.241.2.039 - MANUTENÇÃO DO ABRIGO DOS IDOSOS	PORCENTAGEM	25,00	36.000,00
20.08.241.2.040 - PROGRAMA DE REC. E LAZER DO IDOSO	PORCENTAGEM	25,00	36.000,00
TOTAL DA UNIDADE			72.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0122 Amparo Assistenc.Criança e Adolescente	MANUTENÇÃO DO FMCA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
20.08.243.2.042 - MANUTENÇÃO DO PETI	PORCENTAGEM	25,00	467.000,00
TOTAL DA UNIDADE			467.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0125 Assistência a Comunidades	APOIO AO DEFICIENTE		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
20.08.242.2.041 - APOIO AO DEFICIENTE	PORCENTAGEM	25,00	36.000,00
20.08.244.1.016 - CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA PESSOAS	PORCENTAGEM	25,00	751.000,00
20.08.244.2.043 - DOAÇÃO DE CESTAS BASICAS ALIM. P	PORCENTAGEM	25,00	74.000,00
20.08.244.2.044 - DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE MATERIAL	PORCENTAGEM	25,00	74.000,00
20.08.244.2.045 - MANUTENÇÃO DE CRECHES	PORCENTAGEM	25,00	74.000,00
TOTAL DA UNIDADE			1.009.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0251 Alimentação Escolar	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.361.2.014 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	PORCENTAGEM	25,00	412.000,00
TOTAL DA UNIDADE			412.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0401 Educação Infantil	EDUCAÇÃO INFANTIL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.361.2.015 - MANUTENÇÃO ENSINO PRE ESCOLAR	PORCENTAGEM	25,00	225.000,00
TOTAL DA UNIDADE			225.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS				
PROGRAMA		OBJETIVO		
0402 Expan.Oferta Vagas Estabelec. de Ensino		CONSTRUÇÃO AMPLIA. REF. UNIDADE ESCOLAR		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.361.1.004 - CONSTRUÇÃO AMPLIA. REF. UNIDADE		PORCENTAGEM	25,00	747.000,00
TOTAL DA UNIDADE				747.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0403 Ensino Fundamental	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.361.2.016 - MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	PORCENTAGEM	25,00	5.608.000,00
TOTAL DA UNIDADE			5.608.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0404 Expans.Oferta Vagas Ensino Fundamental	MANUTENÇÃO UNIDADES ESCOLARES		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.361.2.017 - MANUTENÇÃO UNIDADES ESCOLARES	PORCENTAGEM	25,00	205.000,00
TOTAL DA UNIDADE			205.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA		OBJETIVO	
0407 Transporte Escolar p/Ensino Fundamental		AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS
11.12.361.1.005 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O TRANSPORTE		PORCENTAGEM	25,00
11.12.361.2.018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		PORCENTAGEM	25,00
TOTAL DA UNIDADE			1.498.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0411 Expans.Oferta Vagas Ensino Médio Regular	APOIO AO ENSINO SUPERIOR		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.362.2.021 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR	PORCENTAGEM	25,00	36.000,00
TOTAL DA UNIDADE			36.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

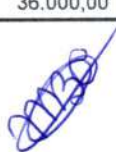
ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0452 Combate ao Analfabetismo	ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.361.2.019 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO	PORCENTAGEM	25,00	56.000,00
TOTAL DA UNIDADE			56.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES**

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA		OBJETIVO	
0463 Educ.Profission.do Portador Deficiência		ENSINO PARA EXCEPCIONAIS	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.367.2.022 - ENSINO PARA EXCEPCIONAIS	PORCENTAGEM	25,00	36.000,00
TOTAL DA UNIDADE			36.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO....: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0501 Vias e Logradouros Urbanos	AQUIS.EQUIP.IMPLANTAÇÃO FAB.PRE-MOLDA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.15.451.1.006 - AQUIS.EQUIP.IMPLANTAÇÃO FAB. PRE-MOLDA	PORCENTAGEM	25,00	18.000,00
13.15.451.1.007 - CONST. MEIO FIO PASSAR.SARG.GAL.PLUVI	PORCENTAGEM	25,00	560.000,00
14.26.782.1.015 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	PORCENTAGEM	25,00	1.123.000,00
TOTAL DA UNIDADE			1.701.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0504 Serviços de Limpeza Urbana	MANUTENÇÃO SERV. LIMPEZA PÚBLICA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.15.452.2.026 - MANUTENÇÃO SERV. LIMPEZA PUBLICA	PORCENTAGEM	25,00	656.000,00
TOTAL DA UNIDADE			656.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0505 Serviços Funerários	SERVIÇOS FUNERÁRIOS		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.15.451.2.025 - MANUTENÇÃO CEMITÉRIO PÚBLICO	PORCENTAGEM	25,00	74.000,00
TOTAL DA UNIDADE			74.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS				
PROGRAMA		OBJETIVO		
0506 Iluminação Pública		MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.15.452.2.027 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO		PORCENTAGEM	25,00	561.000,00
13.25.752.1.012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELT.		PORCENTAGEM	25,00	187.000,00
TOTAL DA UNIDADE				748.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0507 Parques e Jardins	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PARQ. JARDINS		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.15.452.2.028 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PARQ. JARDINS	PORCENTAGEM	25,00	169.000,00
TOTAL DA UNIDADE			169.000,00


PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES**

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA		OBJETIVO	
0611 Saneamento Básico Urbano		MANUTENÇÃO DE SANEAMENTO ME GERAL	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.17.512.1.009 - CONSTRUÇÃO GALERIA DE AGUAS PLUVIAIS	PORCENTAGEM	25,00	562.000,00
13.17.512.1.010 - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES	PORCENTAGEM	25,00	751.000,00
TOTAL DA UNIDADE			1.313.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES**

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0617 Controle de Poluição em Áreas Urbanas	CONTRIBUIÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.15.451.1.008 - CONSTRUÇÃO ATERRO SANITÁRIO	PORCENTAGEM	25,00	937.000,00
TOTAL DA UNIDADE			937.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0619 Conservação do Solo	OBRAS COM MEIO AMBIENTE		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.18.541.2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO	PORCENTAGEM	25,00	95.000,00
13.18.543.1.011 - SISTEMA DE COMB. EROSÃO AREAS	PORCENTAGEM	25,00	113.000,00
TOTAL DA UNIDADE			208.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0644 Hortas e Pomares Comunitários	MANUTENÇÃO DE HORTAS ESCOLARES		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.12.361.2.020 - MANUTENÇÃO DE HORTAS ESCOLARES	PORCENTAGEM	25,00	18.000,00
14.20.606.2.032 - MANUTENÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS	PORCENTAGEM	25,00	47.000,00
TOTAL DA UNIDADE			65.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0668 Extensão e Cooperativismo Rural	APOIO AO PEQUENO AGRICE.PROD. RURAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
14.20.606.2.033 - APOIO AO PEQUENO AGRI.E.PROD.RURAL	PORCENTAGEM	25,00	187.000,00
TOTAL DA UNIDADE			187.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS				
PROGRAMA		OBJETIVO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
0669 Promoção Agropecuária		AQUISIÇÃO MAQ.EMP.AGRICOLAS CAMINHOES		
14.20.601.1.013 - AQUISIÇÃO MAQ.EMP.AGRICOLAS CAMINHOES		PORCENTAGEM	25,00	467.000,00
14.20.601.2.031 - MANUTE.PGR.ARAÇÃO TERRA MI.PEQ. E		PORCENTAGEM	25,00	374.000,00
TOTAL DA UNIDADE				841.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0710 Estradas Vicinais	CONST.PONTES PONTIL.BUEIROS.MAT. BURRO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
14.26.781.1.014 - CONST.PONTES PONT. BUEIROS MATA BURRO	PORCENTAGEM	25,00	95.000,00
14.26.782.2.036 - MANUT.PONTES, PONTL.BUEIROS MATA	PORCENTAGEM	25,00	150.000,00
14.26.782.2.037 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ESTR.	PORCENTAGEM	25,00	654.000,00
TOTAL DA UNIDADE			899.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0720 CONSTRUÇÃO CENTRO POLE ESPORTIVO	CONSTRUÇÃO CENTRO POLE ESPORTIVO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
09.27.812.2.013 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	PORCENTAGEM	25,00	280.000,00
09.27.813.1.002 - CONSTRUÇÃO DA ILUMINAÇÃO ESTADIO	PORCENTAGEM	25,00	374.000,00
09.27.813.1.003 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA	UNIDADE	1,00	375.000,00
TOTAL DA UNIDADE			1.029.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
1006 Gestão da Política de Desportos e Lazer	PROMOÇÃO AO TURISMO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
14.23.695.2.035 - PROMOÇÃO AO TURISMO	PORCENTAGEM	25,00	95.000,00
TOTAL DA UNIDADE			95.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
1202 Manutenção de Serviços de Transporte	AQUISIÇÃO DE VEICULOS DE REPRESENTAÇÃO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
13.15.452.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-	PORCENTAGEM	25,00	299.000,00
14.26.782.2.038 - MANUTENÇÃO CIDE	PORCENTAGEM	25,00	337.000,00
TOTAL DA UNIDADE			636.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA		OBJETIVO	
1203 Manut.Serviços Administrativos Gerais		MANUTENÇÃO SERVIÇOS UTILIDADE. PUB. GERAL	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS
14.20.606.2.034 - MANUTENÇÃO DE CONV. AGENCIA RURAL		PORCENTAGEM	25,00
20.08.244.2.046 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSIST, SOCIAL		PORCENTAGEM	25,00
TOTAL DA UNIDADE			730.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
1303 PAGTO DE PARCELAMENTO JUROS ENC.DE DIVID	PAGTO DE PARCELAMENTO JUROS ENC. DE DIVID		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
05.04.123.2.011 - PAGTO PARCELAMENTO JUROS ENCARGOS	PORCENTAGEM	25,00	280.000,00
TOTAL DA UNIDADE			280.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
1310 Contribuições para o PASEP	ENCARGOS COM PASEP SOB FPM E RENDA LOCAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
20.11.331.9.002 - ENCARGOS COM PASEP SOB. FPM E RENDA	PORCENTAGEM	25,00	113.000,00
TOTAL DA UNIDADE			113.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 11 - CAMARA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0001 Ação Legislativa	MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
01.01.031.2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	PORCENTAGEM	25,00	18.000,00
01.01.031.2.002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS	PORCENTAGEM	25,00	2.063.000,00
TOTAL DA UNIDADE			2.081.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES**

ÓRGÃO...: 12 - FUNDEB DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0403 Ensino Fundamental	MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
12.12.361.2.023 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%	PORCENTAGEM	25,00	1.683.000,00
12.12.361.2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70%	PORCENTAGEM	25,00	3.738.000,00
TOTAL DA UNIDADE			5.421.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 13 - FUNPRESB DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA		OBJETIVO	
1003 Gestão Política Prev.Regime Estatutário		MANUTENÇÃO ATIVIDADE REGIME P.PREV. SERVIDORES	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
21.09.272.2.047 - MANUTENÇÃO ATIVO. REGIME P. PREV.	PORCENTAGEM	25,00	1.870.000,00
TOTAL DA UNIDADE			1.870.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 14 - FUNDO MUNIC.DE SAÚDE DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0210 Atendim.Ambulat., Emergencial Hospitalar	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIP MAT PERMANENTE		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
22.10.301.1.017 - AQUISIÇÃO DE UMA UTI-MOVEL COMPLETA	PORCENTAGEM	25,00	337.820,00
22.10.301.1.018 - OBRAS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PORCENTAGEM	25,00	560.000,00
22.10.301.2.048 - MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	PORCENTAGEM	25,00	5.831.180,00
TOTAL DA UNIDADE			6.729.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 15 - FMDCA DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0122 Amparo Assistenc.Criança e Adolescente	MANUTENÇÃO DO FMCA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
23.08.243.2.049 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS	PORCENTAGEM	25,00	654.000,00
TOTAL DA UNIDADE			654.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 16 - FUNDO MUN.ASSIST.SOCIAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA		OBJETIVO	
0120 Amparo Assistencial ao Idoso		PROGRAMA DE REC. E LAZER DO IDOSO	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS
24.08.244.2.051 - MANUTENÇÃO DO FMAS		PORCENTAGEM	25,00
TOTAL DA UNIDADE			936.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

ÓRGÃO...: 16 - FUNDO MUN.ASSIST.SOCIAL DE BURITINÓPOLIS			
PROGRAMA	OBJETIVO		
0122 Amparo Assistenc.Criança e Adolescente	MANUTENÇÃO DO FMCA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
24.08.243.2.050 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	PORCENTAGEM	25,00	74.000,00
TOTAL DA UNIDADE			74.000,00
TOTAL GERAL			47.382.000,00

MARCIENE BATISTA
DE BRITO
COSTA:03292529174

Assinado de forma digital por MARCIENE BATISTA DE
BRITO:03292529174
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil, ou=ICP-Brasil, ou=CPA, ou=PM,
ou=BRASIL, ou=C=BR, ou=O=BRASIL, ou=CN=SECRETARIA
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, ou=MARCIENE BATISTA DE
BRITO:03292529174
Data: 2025.04.09 11:16:22 -03'00'

MARCIENE BATISTA DE BRITO COSTA

032.925.291-74

PREFEITA

JOSE DENISSON DA
ROCHA:628558831
72

Assinado de forma digital por JOSE DENISSON
DA ROCHA:62855883172
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC, ou=SECRETARIA
MUNICIPAL DE GOV. DO ESTADO, ou=VIDECONFERENCIA, ou=Certificado PF A1,
cn=JOSE DENISSON DA ROCHA:62855883172
Data: 2025.04.09 11:16:40 -03'00'

JOSE DENISSON DA ROCHA

628.558.831-72

CONTADOR

PROJETO DE LEI LDO – 2026 POR UNIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 03 - GABINETE DO PREFEITO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.122.0052.2.003 - MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO	25.00 PORCENTAGEM	842.000,00
04.122.0052.2.004 - RECEPÇÕES FESTIVIDADES CIVICAS E	25.00 PORCENTAGEM	658.000,00
TOTAL DA UNIDADE		1.500.000,00/



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
02.061.0053.2.005 - ATIVIDADES JUDICIÁRIAS EM GERAL	25.00 PORCENTAGEM	187.000,00
04.122.0052.2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM. EM GERAL	25.00 PORCENTAGEM	3.738.000,00
06.181.0102.2.007 - MANUTENÇÃO JUNTA SERVIÇO MILITAR	25.00 PORCENTAGEM	1.000,00
06.181.0102.2.008 - MANUTENÇÃO SEGURANÇA PUBLICA	25.00 PORCENTAGEM	36.000,00
06.182.0101.1.001 - REFORMA DA DELEGACIA DE POLICIA	25.00 PORCENTAGEM	36.000,00
TOTAL DA UNIDADE		3.998.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 05 - SEC. MUN. FINANÇAS, REC. TRIBUT. COM. E INDUSTRIA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
03.091.0053.2.009 - SENTENÇAS JUDICIARIAS	25.00 PORCENTAGEM	74.000,00
04.123.0053.2.010 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	25.00 PORCENTAGEM	374.000,00
04.123.1303.2.011 - PAGTO PARCELAMENTO JUROS ENCARGOS DE	25.00 PORCENTAGEM	280.000,00
TOTAL DA UNIDADE		728.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.122.0052.2.012 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE	25.00 PORCENTAGEM	95.000,00
TOTAL DA UNIDADE		95.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
27.812.0720.2.013 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	25.00 PORCENTAGEM	280.000,00
27.813.0720.1.002 - CONSTRUÇÃO DA ILUMINAÇÃO ESTADIO FUTBAL	25.00 PORCENTAGEM	374.000,00
27.813.0720.1.003 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA	1.00 UNIDADE	375.000,00
TOTAL DA UNIDADE		1.029.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
12.361.0251.2.014 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	25.00 PORCENTAGEM	412.000,00
12.361.0401.2.015 - MANUTENÇÃO ENSINO PRE ESCOLAR	25.00 PORCENTAGEM	225.000,00
12.361.0402.1.004 - CONSTRUÇÃO AMPLIA. REF. UNIDADE ESCOLAR	25.00 PORCENTAGEM	747.000,00
12.361.0403.2.016 - MANUTENÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	25.00 PORCENTAGEM	5.608.000,00
12.361.0404.2.017 - MANUTENÇÃO UNIDADES ESCOLARES	25.00 PORCENTAGEM	205.000,00
12.361.0407.1.005 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O TRANSPORTE	25.00 PORCENTAGEM	562.000,00
12.361.0407.2.018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	25.00 PORCENTAGEM	936.000,00
12.361.0452.2.019 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO	25.00 PORCENTAGEM	56.000,00
12.361.0644.2.020 - MANUTENÇÃO DE HORTAS ESCOLARES	25.00 PORCENTAGEM	18.000,00
12.362.0411.2.021 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR	25.00 PORCENTAGEM	36.000,00
12.367.0463.2.022 - ENSINO PARA EXCEPCIONAIS	25.00 PORCENTAGEM	36.000,00
TOTAL DA UNIDADE		8.841.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 13 - SEC. MUN MEIO AMBIENTE REC. HÍDRICOS E TURISMO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
15.451.0501.1.006 - AQUIS.EQUIP.IMPLANTAÇÃO FAB. PRE-MOLDA	25.00 PORCENTAGEM	18.000,00
15.451.0501.1.007 - CONST. MEIO FIO PASSAR.SARG.GAL.PLUVI	25.00 PORCENTAGEM	560.000,00
15.451.0505.2.025 - MANUTENÇÃO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	25.00 PORCENTAGEM	74.000,00
15.451.0617.1.008 - CONSTRUÇÃO ATERRO SANITÁRIO	25.00 PORCENTAGEM	937.000,00
15.452.0504.2.026 - MANUTENÇÃO SERV. LIMPEZA PUBLICA	25.00 PORCENTAGEM	656.000,00
15.452.0506.2.027 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO	25.00 PORCENTAGEM	561.000,00
15.452.0507.2.028 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS PARQ. JARDINS	25.00 PORCENTAGEM	169.000,00
15.452.1202.2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA-	25.00 PORCENTAGEM	299.000,00
17.512.0611.1.009 - CONSTRUÇÃO GALERIA DE AGUAS PLUVIAIS	25.00 PORCENTAGEM	562.000,00
17.512.0611.1.010 - MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES	25.00 PORCENTAGEM	751.000,00
18.541.0619.2.030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MEIO	25.00 PORCENTAGEM	95.000,00
18.543.0619.1.011 - SISTEMA DE COMB. EROSOÃO AREAS	25.00 PORCENTAGEM	113.000,00
25.752.0506.1.012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELT. URGANA	25.00 PORCENTAGEM	187.000,00
TOTAL DA UNIDADE		4.982.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 14 - SEC. DE AGRICULTURA TRANSPORTE DESV. ECON. E RURAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
20.601.0669.1.013 - AQUISIÇÃO MAQ.EMP.AGRICOLAS CAMINHOES	25.00 PORCENTAGEM	467.000,00
20.601.0669.2.031 - MANUTE.PGR.ARAÇÃO TERRA MI.PEQ. E MEDIOS	25.00 PORCENTAGEM	374.000,00
20.606.0644.2.032 - MANUTENÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS	25.00 PORCENTAGEM	47.000,00
20.606.0668.2.033 - APOIO AO PEQUENO AGRI.E.PROD.RURAL	25.00 PORCENTAGEM	187.000,00
20.606.1203.2.034 - MANUTENÇÃO DE CONV. AGENCIA RURAL	25.00 PORCENTAGEM	74.000,00
23.695.1006.2.035 - PROMOÇÃO AO TURISMO	25.00 PORCENTAGEM	95.000,00
26.781.0710.1.014 - CONST.PONTES PONT. BUEIROS MATA BURRO	25.00 PORCENTAGEM	95.000,00
26.782.0501.1.015 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	25.00 PORCENTAGEM	1.123.000,00
26.782.0710.2.036 - MANUT.PONTES, PONTL.BUEIROS MATA BURRO	25.00 PORCENTAGEM	150.000,00
26.782.0710.2.037 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ESTR. VICINAIS	25.00 PORCENTAGEM	654.000,00
26.782.1202.2.038 - MANUTENÇÃO CIDE	25.00 PORCENTAGEM	337.000,00
TOTAL DA UNIDADE		3.603.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 20 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
08.241.0120.2.039 - MANUTENÇÃO DO ABRIGO DOS IDOSOS	25.00 PORCENTAGEM	36.000,00
08.241.0120.2.040 - PROGRAMA DE REC. E LAZER DO IDOSO	25.00 PORCENTAGEM	36.000,00
08.242.0125.2.041 - APOIO AO DEFICIENTE	25.00 PORCENTAGEM	36.000,00
08.243.0122.2.042 - MANUTENÇÃO DO PETI	25.00 PORCENTAGEM	467.000,00
08.244.0125.1.016 - CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PARA PESSOAS	25.00 PORCENTAGEM	751.000,00
08.244.0125.2.043 - DOAÇÃO DE CESTAS BASICAS ALIM. P	25.00 PORCENTAGEM	74.000,00
08.244.0125.2.044 - DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE MATERIAL DE	25.00 PORCENTAGEM	74.000,00
08.244.0125.2.045 - MANUTENÇÃO DE CRECHES	25.00 PORCENTAGEM	74.000,00
08.244.1203.2.046 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSIST, SOCIAL	25.00 PORCENTAGEM	656.000,00
09.271.0000.9.001 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS	25.00 PORCENTAGEM	1.402.000,00
11.331.1310.9.002 - ENCARGOS COM PASEP SOB. FPM E RENDA	25.00 PORCENTAGEM	113.000,00
TOTAL DA UNIDADE		3.719.000,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 10 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
99.999.0000.9.003 - RESERVA DE CONTINGENCIA	25.00 PORCENTAGEM	1.122.000,00
TOTAL DA UNIDADE		1.122.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 11 - CAMARA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 01 - CAMARA MUNICIPAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
01.031.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	25.00 PORCENTAGEM	18.000,00
01.031.0001.2.002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS	25.00 PORCENTAGEM	2.063.000,00
TOTAL DA UNIDADE		2.081.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 12 - FUNDEB DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 12 - FUNDEB		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
12.361.0403.2.023 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%	25.00 PORCENTAGEM	1.683.000,00
12.361.0403.2.024 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70%	25.00 PORCENTAGEM	3.738.000,00
TOTAL DA UNIDADE		5.421.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 13 - FUNPRESB DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 21 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDENCIA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
09.272.1003.2.047 - MANUTENÇÃO ATIVO. REGIME P. PREV.	25.00 PORCENTAGEM	1.870.000,00
TOTAL DA UNIDADE		1.870.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 14 - FUNDO MUNIC.DE SAÚDE DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 22 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN DE SAUDE		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
10.301.0210.1.017 - AQUISIÇÃO DE UMA UTI-MOVEL COMPLETA	25.00 PORCENTAGEM	337.820,00
10.301.0210.1.018 - OBRAS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.00 PORCENTAGEM	560.000,00
10.301.0210.2.048 - MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	25.00 PORCENTAGEM	5.831.180,00
TOTAL DA UNIDADE		6.729.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 15 - FMDCA DE BURITINÓPOLIS		
UNIDADE...: 23 - BURITINÓPOLIS - FMDCA		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
08.243.0122.2.049 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS	25.00 PORCENTAGEM	654.000,00
TOTAL DA UNIDADE		654.000,00

LDO – 2026

ANEXO DE METAS FISCAIS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL
	R\$											
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.382.000,00			107,82	47.382.000,00			107,82	47.382.000,00			107,82
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	46.570.500,00			105,97	46.570.500,00			105,97	46.570.500,00			105,97
Receitas Primárias Correntes	43.165.500,00			98,22	43.165.500,00			98,22	43.165.500,00			98,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.645.064,00			6,02	2.645.064,00			6,02	2.645.064,00			6,02
Transferências Correntes	37.885.236,00			86,21	37.885.236,00			86,21	37.885.236,00			86,21
Demais Receitas Primárias Correntes	2.635.200,00			6,00	2.635.200,00			6,00	2.635.200,00			6,00
Receitas Primárias de Capital	3.405.000,00			7,75	3.405.000,00			7,75	3.405.000,00			7,75
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	47.382.000,00			107,82	47.382.000,00			107,82	47.382.000,00			107,82
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	47.002.000,00			106,95	47.002.000,00			106,95	47.002.000,00			106,95
Despesas Primárias Correntes	35.102.000,00			79,87	35.102.000,00			79,87	35.102.000,00			79,87
Pessoal e Encargos Sociais	18.769.163,61			42,71	18.769.163,61			42,71	18.769.163,61			42,71
Outras Despesas Correntes	16.332.836,39			37,16	16.332.836,39			37,16	16.332.836,39			37,16
Despesas Primárias de Capital	11.900.000,00			27,08	11.900.000,00			27,08	11.900.000,00			27,08
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias												
Receita Total (COM FONTES RPPS)												
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)												
Despesa Total (COM FONTES RPPS)												
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)												
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-431.500,00			-0,98	-431.500,00			-0,98	-431.500,00			-0,98
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-431.500,00			-0,98	-431.500,00			-0,98	-431.500,00			-0,98
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	781.500,00			1,78	781.500,00			1,78	781.500,00			1,78
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)												
Dívida Pública Consolidada (DC)												
Dívida Consolidada Líquida (DCL)												
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha												
PARÂMETROS												
PIB NOMINAL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL					43.947.000,00				43.947.000,00			
					0,00				0,00			
												0,00
												43.947.000,00

NOTA EXPLICATIVA

MARCILENE BATISTA
DE BRITO
COSTA:03292529174

Assinado de forma digital por MARCILENE BATISTA DE
DE BRITO COSTA em 09/11/2025 às 11:16:17
Data e hora: 2025.04.09 11:16:17 -03'00'

MARCILENE BATISTA DE BRITO COSTA
CPF: 032.925.291-74
PREFEITA

JOSE DENISSON DA
ROCHA:6285588317
2

Assinado de forma digital por JOSE DENISSON DA
ROCHA em 09/11/2025 às 11:18:00
Data e hora: 2025.04.09 11:18:00 -03'00'

JOSE DENISSON DA ROCHA
CPF: 628.558.831-72
CONTADOR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF, Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES						R\$ milhares				
	2023	2024	%	2025	%	2026		2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	37.112.000,00	41.565.000,00	12,00	47.382.000,00	13,99	47.382.000,00	0,00	47.382.000,00	0,00	47.382.000,00	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	36.406.000,00	40.718.712,00	11,85	46.570.500,00	14,37	46.570.500,00	0,00	46.570.500,00	0,00	46.570.500,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	37.112.000,00	41.565.000,00	12,00	47.382.000,00	13,99	47.382.000,00	0,00	47.382.000,00	0,00	47.382.000,00	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	36.792.000,00	41.219.000,00	12,03	47.002.000,00	14,03	47.002.000,00	0,00	47.002.000,00	0,00	47.002.000,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-386.000,00	-500.288,00	29,61	-431.500,00	-13,75	-431.500,00	0,00	-431.500,00	0,00	-431.500,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-386.000,00	-500.288,00	29,61	-431.500,00	-13,75	-431.500,00	0,00	-431.500,00	0,00	-431.500,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES						R\$ milhares				
	2023	2024	%	2025	%	2026		2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	12,00	47.382.000,00	13,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0,00	0,00	11,85	46.570.500,00	14,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	0,00	0,00	12,00	47.382.000,00	13,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	0,00	0,00	12,03	47.002.000,00	14,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	0,00	0,00	29,61	-431.500,00	-13,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	0,00	0,00	29,61	-431.500,00	-13,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS Data: 09/04/2025 hora: 11:06

NOTA EXPLICATIVA

MARCELENE BATISTA
DE BRITO
COSTA:03292529174

MARCELENE BATISTA DE BRITO COSTA
PREFEITA

JOSE DENISSON DA
ROCHA:6285588317

JOSE DENISSON DA ROCHA
CONTADOR

ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES(I)		4.441.138,42	3.712.180,16
Receitas de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	1.500.910,09	436.757,04
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	1.500.910,09	436.757,04
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	2.940.228,33	3.275.423,12

[Handwritten signature]

ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2022	2023	2024	R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	2.940.228,33	3.275.423,12	3.275.423,12
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID.RPPS-(IV)=(III-II)	0,00	4.441.138,42	3.712.180,16	3.712.180,16
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS				
Benefícios - Civil	838.420,76	1.133.045,34	1.609.477,34	1.609.477,34
Aposentadorias	789.656,60	1.060.711,31	1.443.077,59	1.443.077,59
Pensões	48.764,16	72.334,03	166.399,75	166.399,75
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	161.217,07	186.503,93	218.397,46	218.397,46
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	161.217,07	186.503,93	218.397,46	218.397,46
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(V)	999.637,83	1.319.549,27	1.827.874,80	1.827.874,80
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI)=(IV-V)	-999.637,83	3.121.589,15	1.884.305,36	1.884.305,36
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização-Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização-Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.068,18	13.952,40	0,00
Investimentos e Aplicações	9.898.880,50	12.918.130,12	15.176.319,35
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES(VII)			
Receitas de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE GOIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF - Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

	2022	2023	2024
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID.RPPS-(IX)=(VII+VIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

	2022	2023	2024
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS(X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI)=(IX-X)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS

	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS

	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS-(XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS

	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV)=(XIII+XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI)=(XII-XV)	0,00	0,00	0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V, alínea "a")

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC

PLANO FINANCEIRO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC

Fonte: Sistema Megasoft Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS Data: 09/04/2025, Hora: 11:10

NOTA EXPLICATIVA

MARCELENE
BATISTA DE BRITO
COSTA-032925291
74

MARCELENE BATISTA DE BRITO COSTA
CPF: 032.925.291-74
PREFEITO MUNICIPAL

Atestado de forma digital por JOSE
DENISSON DA
ROCHA-628558831
72

JOSE DENISSON DA ROCHA
CPF: 628.568.831-72
CONTADOR



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO
 2026

ESPECIFICAÇÃO	2026	R\$
RECEITA TOTAL		47.382.000,00
(-) RECEITA NÃO PRIMÁRIA		811.500,00
- APLICAÇÃO MERCADO DE CAPITAIS, OPERAÇÃO DE CRÉDITO		781.500,00
- OPERAÇÃO DE CRÉDITO		0,00
- ALIENAÇÃO DE BENS		30.000,00
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00
RECEITA PRIMÁRIA		46.570.500,00
DESPESA TOTAL		47.382.000,00
(-) DESPESA NÃO PRIMÁRIA		380.000,00
- ENCARGOS COM A DIVIDA		0,00
- AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA		380.000,00
- CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00
DESPESA PRIMÁRIA		47.002.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO		-431.500,00

LRF, art.5º, inciso I

Assinado de forma digital por MARCILENE BATISTA DE BRITO COSTA/03292529174
 Data: 2025.04.09 11:22:01 -03'00'
 Recada Federal do Brasil - FEF, ou=RF8 e-
 CPF A1, ou=EM BBAAC0,
 ou=23611907060192,
 ou=videoconferencia, ou=MARCILENE BATISTA DE BRITO COSTA/03292529174
 Data: 2025.04.09 11:22:01 -03'00'

MARCILENE BATISTA DE BRITO COSTA
 PREFEITA

MARCILENE BATISTA DE BRITO COSTA
 CPF: 032.925.291-74
 PREFEITA

Assinado de forma digital por JOSE DENISSON DA ROCHA/628558831
 Data: 2025.04.09 11:22:26 -03'00'
 Recada Federal do Brasil - FEF, ou=RF8 e-
 CPF A1, ou=EM BBAAC0,
 ou=23611907060192,
 ou=videoconferencia, ou=Certificado PF A1,
 ou=JOSE DENISSON DA ROCHA/62855883172
 Data: 2025.04.09 11:22:26 -03'00'

JOSE DENISSON DA ROCHA
 CONTADOR

JOSE DENISSON DA ROCHA
 CPF: 628.558.831-72
 CONTADOR



GOVERNO DE

BURITINÓPOLIS

cuidar, amar e servir

Gestão: 2025 - 2028

LDO – 2026

ANEXO DE RISCOS FISCAIS



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026**

ARF(LRF,art 4º, § 3º)

R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais : Demandas judiciais, pagamento de dívidas de exercícios anteriores, precatórios através de sentenças judiciais.	800.000,00	Limitação de empenhos.	800.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	800.000,00	SUBTOTAL	800.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação : Frustração de arrecadação, quedas nos repasses financeiros por parte dos governos, federal e estadual.	500.000,00	Limitação de empenhos, corte em gratificações e estimulação de pagamentos de tributos municipais.	500.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	1.300.000,00	TOTAL	1.300.000,00

Fonte: Sistema Megasoftware Informática Ltda. Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITINÓPOLIS Data: 9 de abr. de 2025 11:11:31

NOTA EXPLICATIVA

**MARCILENE
BATISTA DE BRITO**
COSTA:032925291
74

Assinado de forma digital por MARCILENE
BATISTA DE BRITO COSTA:03292529174
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-
CPF:03292529174, ou=1907000192, ou=brasilconf@brasilconf.com.br,
ou=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Assinatura, ou=Assinatura, ou=Assinatura,
ou=Assinatura, ou=Assinatura, ou=Assinatura,
COSTA:03292529174
Dados: 2025.04.09 11:23:14 -03'00'

**JOSE DENISSON DA
ROCHA:628558831**
72

Assinado de forma digital por JOSE
DENISSON DA ROCHA:62855883172
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=AC_SOLLTI
Municipal-9-02, ou=1907000192, ou=brasilconf@brasilconf.com.br,
ou=Videconferencia, ou=Certificado PF A1,
c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Assinatura,
ROCHA:62855883172
Dados: 2025.04.09 11:22:52 -03'00'

MARCILENE BATISTA DE BRITO
032.925.291-74

JOSE DENISSON DA ROCHA
628.558.831-72